

Título do trabalho: “Financeirização, flexibilização e liberalização: a *santíssima trindade* do capitalismo contemporâneo, seus significados para as sociedades do século XXI e a questão da alternativa”.

Autor: Sidartha Soria-Silva (doutorando em Sociologia – IFCH/Unicamp)

Introdução

Os esforços empreendidos na tentativa de compreensão do capitalismo contemporâneo produziram, nos campos da sociologia do trabalho, da economia e da ciência política, um amplo conjunto de análises. Muitos destes trabalhos, ao fixarem um ponto de partida para tais análises situado entre os anos 60 e 70 do século XX, desenvolveram-se em três frentes, as quais retratariam os três grandes pilares em torno dos quais se estruturou a dinâmica do capitalismo mundial na atualidade: os fenômenos da *flexibilização* do trabalho, da *liberalização* institucional e econômica, e da *financeirização* da economia mundial.

Não tendo qualquer pretensão em esgotar qualquer dos três fenômenos, este trabalho tem como objetivo investigar as formas como os três pilares se combinam entre si – caracterizando os três fenômenos como constituintes de um trio compacto, ou (dado o modo como extensas partes dos círculos políticos, acadêmicos e da mídia se comportam diante dele) como uma “*santíssima trindade*” –, os efeitos que sociais de tal combinação e, finalmente, a questão da alternativa a tal ordem das coisas. Partindo-se do pressuposto segundo o qual financeirização, flexibilização e liberalização estabelecem uma espécie de simbiose entre si mesmos, tentar-se-á descobrir como as dinâmicas “internas” de cada fenômeno condicionam-se mutuamente, permitindo uma compreensão mais abrangente e completa do capitalismo atual e de seus efeitos, bem como das maneiras mais adequadas de se esboçar uma reação político-societal a ele.

Para tanto, este artigo subdivide-se em 4 itens. A primeira parte dissertará brevemente sobre elementos constitutivos dos três fenômenos aqui analisados. A segunda parte será o momento em que será discutida a “simbiose” existente entre a ortodoxia liberalizante, os paradigmas produtivos flexíveis e a dimensão especulativo-financeira. Esta simbiose será enfocada em função dos condicionantes e implicações políticas presentes nas transformações econômica e político-institucional, visando-se o restabelecimento de uma “normalidade social” traduzida pela hegemonia dos valores e da lógica econômica liberalizante. Na terceira parte far-se-á um diálogo entre distintas concepções teóricas acerca da presença do “capital financeiro” na dinâmica econômica atual, investigando-se a questão: o capital financeiro é útil ou prejudicial à dinâmica econômico-produtiva? A quarta parte se ocupará do contexto social e econômico latino-americano, verificando os efeitos da nova conformação do capitalismo mundial

sobre a realidade específica da América Latina, além de uma breve nota sobre o papel representado pelo governo Lula no atual momento. Por fim, haverá uma reflexão sobre as alternativas ao estado de coisas descrito neste trabalho.

1. Os pilares da “nova ordem” capitalista: flexibilização, liberalização e financeirização

Ao destacar a emergência da flexibilização, da liberalização e da financeirização como sendo os pilares em torno dos quais se constitui a nova conformação do sistema capitalista mundial, não é este o lugar para uma investigação exaustiva de cada um dos três temas, o que fugiria aos propósitos deste trabalho. Pretende-se, neste item, tão somente destacar algumas características essenciais dos três fenômenos, características estas que possam ser alinhavadas de modo a se apresentar, mais adiante, uma visão geral ou sistêmica do capitalismo atual.

Flexibilização

Com a crise do fordismo, inicia-se a era dos novos processos de trabalho, que, sempre em função de melhor adequar a produção à lógica econômica capitalista, buscam recuperar os antigos patamares de produtividade e lucratividade (ANTUNES, 2000). A *flexibilização* dos processos de trabalho, ainda que não houvesse substituído inteiramente o fordismo, expande-se em modos e graus diversos.

Para Harvey (1996), a *acumulação flexível* apresenta-se como uma contestação do capital à rigidez que havia assumido quando se reproduzia segundo o modelo fordista, e caracteriza-se pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Algumas áreas industriais passam a funcionar segundo processos produtivos distintos dos moldes tradicionais fordistas-tayloristas, como as experiências da “Terceira Itália”, do sul da Alemanha, do Vale do Silício nos Estados Unidos, da região sueca de Kalmar e, principalmente, do toyotismo japonês.

A aceleração do ritmo de trabalho prossegue incessantemente. Atualmente, os norte-americanos têm em média apenas 12 dias de férias por ano, contra 18 dos japoneses, 25 dos franceses e 30 dos alemães. Nos Estados Unidos, as famílias trabalham, semanalmente, 11% mais do que em 1975. A concorrência feita pelos países mais produtivos acaba efetivando uma tendência de elevação geral no número de horas trabalhadas, como confirmam as inversões recentes na tendência de diminuição da jornada de trabalho na Europa. Crescem, em alguns países europeus, as pressões das empresas no sentido de ampliar a semana de trabalho. Após ter reduzido sua carga horária semanal de trabalho para 35 horas em 2000, o governo francês fala – não sem resistência por parte do trabalho organizado – em ampliá-la outra vez. Na Alemanha, enquanto o governo eleva a carga horária de seus próprios funcionários públicos e pressiona

por reformas que aumentem a jornada legal de trabalho, a Siemens elevou de 35 para 40 horas a semana de trabalho, após ter ameaçado transferir sua produção para outro país (LANDLER, 2004).

Liberalização

Um desdobramento desta nova conformação do trabalho é a pressão pela “flexibilização” dos direitos trabalhistas. Esta se inscreve no contexto de crise do keynesianismo e no retorno do liberalismo como escola de pensamento predominante, tanto social quanto academicamente.

Como se sabe, o ideário liberal caracteriza-se, em geral, por uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia, no que procura demonstrar a superioridade do mercado e do mecanismo concorrencial frente à ação estatal.¹ A crise econômica mundial que se dá no fim dos anos 60 e no início dos 70 será apresentada como decorrente de falhas inerentes ao “Estado-providência”.

Dentro deste espírito de recuperação dos princípios originais do liberalismo, abre-se um leque de críticas aos direitos sociais e trabalhistas existentes. Os “altos custos” do trabalho, representados por encargos sociais e trabalhistas, devem ser diminuídos ou eliminados em nome da eficiência e da produtividade. Igualmente, o Estado, tido como ente muito dispendioso, o que oneraria em demasia a produção e o lucro, deve sofrer um ajuste fiscal.

Analisando o pensamento liberal, entende-se, aqui, que a militância acadêmico-intelectual liberal, buscando combinar seus princípios com tendências observadas na evolução do capitalismo no último quartel do século passado, possui motivações e aspectos políticos, os quais serão abordados no item 2 deste trabalho.

Financeirização

A crise de acumulação do capital, que no âmbito da organização produtiva levou à crise do fordismo, e que no âmbito político-institucional viu o keynesianismo sofrer o assalto das políticas liberalizantes, também estará no cerne do fenômeno da financeirização da economia capitalista nas últimas décadas do século XX.

O fenômeno da financeirização da economia capitalista é descrito, nos termos de Chesnais (1998: 12), pela expressão “mundialização financeira”. Por mundialização financeira define-se a rede de

¹ Analisando o ressurgimento do pensamento liberal, Rosanvallon (1997) destaca que sua força, tendo adquirido ares de uma doutrina de crítica social, adviria do fato de que os novos liberais (Friedrich Hayek, Milton Friedman, John Williamson, etc.) passaram a reconhecer o caráter *relativo* de sua doutrina. Não procuram mais descrever o mercado como perfeito ou ausente de falhas, e tampouco a gerência concorrencial como absolutamente melhor do que a gerência estatal. Buscam reiterar apenas que as falhas do mercado são *menores* que as da burocracia, e que ele seria um alocador *melhor* das informações, conhecimentos e recursos, do que o Estado.

interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, que resultou da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, no fim da década de 70 e até meados dos anos 80, e que foram acompanhados pelos demais países industrializados nos anos seguintes. A abertura interna e externa dos sistemas nacionais promoveu a emergência de um espaço financeiro mundial. Contudo, tal abertura não eliminou os sistemas financeiros nacionais, e tampouco os dissolveu em um todo homogêneo. Pelo contrário, persistiu um caráter fortemente hierarquizado neste todo, com a praça financeira norte-americana dominando as demais. Também se manteve e até se acentuou, o “desenvolvimento desigual” dos países. Finalmente – lembrando a terceira peculiaridade deste sistema financeiro mundial –, a unidade dos mercados financeiros é assegurada pelos operadores financeiros, revelando o caráter econômico e institucional do fenômeno.²

Discutindo a gênese da mundialização financeira, Guttman (1998) destaca a questão da moeda e da atividade bancária em sua caracterização da crise econômica que levou ao início da financeirização. O fim da hegemonia do padrão-ouro, no início dos anos 30, levou a moeda a se libertar de seu “limite metálico” – o lastro em ouro que impunha aos agentes econômicos uma disciplina monetária automática –, e instituiu-se a moeda de crédito, mais flexível, e já integrada à expansão do crédito no sistema bancário. O sistema monetário seguinte, baseado na moeda de crédito, na estruturação do sistema bancário e na administração/regulação direta e indireta das autoridades monetárias do Estado, foi um dos responsáveis pela expansão econômica sem precedentes nos anos 50 e 60, ao orientar o crédito bancário produtivamente, de modo a financiar déficits estatais, investimentos produtivos e as normas sociais de consumo. Este “sistema de equilíbrios administrados pelo Estado” (GUTTMANN, 1998:65), contudo, desgasta-se em fins da década de 60. A rentabilidade das empresas baixa repentinamente, causando a estagnação relativa de lucros e salários. Novos empréstimos bancários e reajustes de preços intensificam uma contínua criação monetária, ocasionando inflação. O processo inflacionário, ainda que à custa de uma depreciação gradativa do valor da moeda, impede a maciça destruição de capital, mas dará origem a conflitos na relação entre capital industrial e capital financeiro. Enquanto os preços dos produtos industrializados aumentavam, caíam os preços dos ativos financeiros. Além disso, a inflação prejudicava particularmente aqueles que concediam empréstimos, agravando as perdas potenciais dos credores.

Plihon (1998) também destaca a derrocada dos mecanismos de regulação das economias industriais como causa da ruptura do regime de crescimento baseado na “relação salarial fordista”, nas políticas de estabilização macroeconômicas e nos sistemas financeiros administrados pelas autoridades monetárias.

² Seria errôneo, portanto, derivar esta unidade do desenvolvimento tecnológico em áreas como telecomunicações e informática. Tais inovações tecnológicas são antes efeito do que causa da integração financeira mundial (CHESNAIS, 1998).

Tal transformação seria, em grande medida, endógena às economias industrializadas, segundo o “paradoxo da tranquilidade” de Minsky (apud PLIHON, 1998). De acordo com tal raciocínio, as economias capitalistas acabam necessariamente por se autodesequilibrar – economias em períodos de crescimento regular (a fase da “tranquilidade”) levam os agentes econômicos a adquirirem confiança, o que leva ao aumento de empréstimos e investimentos; os preços elevam-se, assim como os endividamentos. As avaliações pessimistas aparecem e as empresas reduzem suas atividades, caracterizando a estagflação. Em sentido semelhante, aliás, situa-se Michal Kalecki, para quem um dos notáveis paradoxos da economia capitalista está justamente no fato de que a ampliação dos níveis de investimentos e de equipamentos de capital, responsável pela recuperação econômica, “contém a semente de uma depressão” (KALECKI, 1983: 27).

Aqui, é importante reter dois elementos importantes. Um deles é a existência de uma inequívoca crise econômica que se manifesta também como uma crise do sistema financeiro orientado nos marcos do binômio keynesianismo-fordismo. Esta crise funcionará como elemento motivador inicial de determinadas ações do Estado, como o crescimento das operações com títulos públicos, uma forma de financiar os crescentes déficits públicos. E o outro elemento é que tal crise traz prejuízos maiores particularmente para o setor financeiro e para os credores. A estabilidade monetária será, doravante, o objetivo prioritário, e os preceitos do liberalismo e do monetarismo os meios utilizados para atingi-lo. Este segundo fator evidencia a responsabilidade das políticas públicas nas mutações que desestabilizarão a economia mundial (PLIHON, 1998).

A relação salarial “fordista” foi sacrificada em favor de uma regulação salarial concorrencial. A política keynesiana de sustentação de juros baixos deu lugar a políticas monetaristas com eixo na elevação de juros e na progressiva eliminação de tetos para transações bancárias e empréstimos, o que originou uma maior instabilidade financeira. A proliferação de formas de moeda e de serviços de pagamento relativamente pouco regulamentados veio a reforçar a dimensão da moeda como mercadoria privada, crescendo a sua orientação pelas motivações de lucro dos bancos e credores (GUTTMANN, 1998). Farnetti (1998) destaca, neste contexto, a posição central a que são alçados gigantescos fundos de pensão e outros fundos de investimento.

2. A simbiose existente entre a ortodoxia liberal, a dimensão especulativo-financeira e os paradigmas produtivos flexíveis

Mencionadas as principais características em torno das quais passou a se estruturar o capitalismo a partir das últimas décadas do século XX até hoje, faz-se necessária uma reflexão sobre o modo podem ser

relacionados os pilares desta “santíssima trindade”, bem como os propósitos e interesses objetivos que são atendidos por tal combinação.

2.1 As motivações e implicações políticas nas transformações econômica e político-institucional

A questão fabril

Em fins dos anos 60 o sistema produtivo engendrado pelo paradigma fordista dá fortes sinais de crise. Conforme assinalado anteriormente, constata-se uma queda da produtividade no trabalho, para a qual contribui, sobremaneira, a revolta dos trabalhadores contra o “despotismo fabril” instaurado pela organização taylorista-fordista (DRUCK, 1999).

Antagonismos como este, que atuavam no cenário produtivo fordista, acirravam-se. O trabalhador, despertando para o componente intelectual,³ se sentia mais confiante para administrar sistemas produtivos, bem como para orientar e conduzir as suas próprias lutas, prescindindo cada vez mais de representações sindicais. Estas, geralmente permeadas pelo ideário do compromisso fordista, ignoravam quaisquer pretensões políticas das classes trabalhadoras que transcendessem os limites da ordem social capitalista. Houve um grande aumento nos conflitos e nas mobilizações dos trabalhadores no final dos anos 60 (BERNARDO, 1997; BIHR, 1999).⁴ Por chegar a colocar em questão o controle capitalista dos meios de produção, é inegável o caráter político adquirido pelos movimentos rebeldes.

Entretanto, o refluxo da maré revolucionária deu tempo aos representantes políticos do capital de reorganizarem suas forças. Não tendo sido vencido pela luta operária, o capital busca se fortalecer apropriando-se de atributos recém-descobertos nos trabalhadores, como sua inteligência, iniciativa, versatilidade e capacidade de gestão, intensificando seu caráter manipulatório sobre eles (BERNARDO, 1997). Será o início do processo de reestruturação no âmbito dos processos de trabalho.

³ O regime produtivo taylorista-fordista condicionou um perfil particular de trabalhador, chamado por Bihr (1999) de *operário-massa* – o trabalhador típico do período fordista, cujas características essenciais seriam a sua *concentração* elevada no espaço sócio-produtivo, sua relativa *homogeneização* e, por fim, sua *rigidez* e *atomização* em função da organização fordista do trabalho – e realizava, como já observado, uma expropriação intensificada da força de trabalho, buscando privar-lhe de qualquer participação na organização/concepção do processo de trabalho. Contraditoriamente, porém, chamava constantemente este mesmo operário a corrigir os defeitos e os enganos cometidos pela “gerência científica” taylorista (ANTUNES, 2000).

⁴ Druck (1998) lembra que o espírito de contestação não se circunscrevia ao âmbito fabril, com suas greves, manifestações de rua, ocupações de fábricas, etc. Havia outros focos de rebeldia, que variaram de país para país, como o Maio francês, a primavera de Praga, a luta contra a guerra no Vietnã, o movimento *hippie*. Tal rebeldia, cujo ponto alto foi o ano de 1968, indicava uma recusa aos padrões dominantes de organização econômica e sociopolítica. “Era uma luta contra formas institucionalizadas de poder e, centralmente, contra o autoritarismo presente nestas instituições, bem como as formas de controle social predominantes” (DRUCK, 1999:69).

A questão do Estado-providência

Um legado fundamental do sindicalismo socialdemocrata e das lutas reformistas dos trabalhadores foi o chamado “Estado-providência”. Bihr (1999) destaca que, durante todo o período fordista, a classe trabalhadora não parou de pressionar para melhorar, a seu favor, os termos do compromisso fordista. E, neste período, os gastos sociais do Estado, em que foram estruturadas as redes de proteção social e trabalhista e a universalização do acesso aos bens coletivos fundamentais (saúde, educação, etc.), cresceram incessantemente.

Como já foi destacado anteriormente, a pressão dos argumentos liberalizantes pela “flexibilização” dos direitos trabalhistas e pela diminuição dos gastos com o aparato de proteção social – ou, no jargão liberal, a substituição do caráter universal dos bens e serviços públicos pela “focalização” dos gastos sociais –, buscava se revestir de motivações tão somente econômicas. O Estado de Bem-Estar haveria atingido um tal grau de gigantismo que isso teria causado a diminuição da eficácia econômica e social, e o conseqüente prejuízo no desenvolvimento. Para fundamentar seu raciocínio, associavam a crise econômica ao fato de que o ritmo de crescimento das despesas públicas ligadas ao aparato social era maior que o da produção nacional.⁵

Contudo, ao analisar os fundamentos deste argumento, Rosanvallon (1998) chega a conclusões diversas. Embora reconheça a eloquência dos dados apresentados, ele sustenta que não se pode depreender daí, necessariamente, que haja uma relação de causalidade entre elevação dos gastos sociais e crise econômica. Para o autor, a questão central é saber se há um limite absoluto para o desenvolvimento do Estado-providência, bem como para o grau de redistribuição que o seu financiamento implica. E ele mostra, ao longo da história, a sucessão de economistas que viam os limites do Estado-providência sendo supostamente atingidos, quando estes, de fato, não cessavam de se expandir.⁶ Esta e outras evidências permitiram a Rosanvallon (1998:17) afirmar que, “não se pode fixar a priori limites intransponíveis para o Estado-providência que se deduziriam de uma análise estritamente econômica e financeira”.

⁵ Ver, por exemplo, a situação francesa, abordada por Rosanvallon (1998). Registra a elevação das cotizações sociais entre 1959 e 1970 (de 9,7% para 20% do PIB), ainda que a pressão fiscal permanecesse relativamente estável no período (de 23,1% para 25%). No conjunto dos descontos obrigatórios (impostos + cotizações sociais), estes passaram de 35% para 45% do PIB francês entre 1959 e 1970. O autor também traz, em anexo a esta obra, a evolução das taxas de descontos obrigatórios em vários países desenvolvidos, constatando a elevação, em todos eles, das taxas.

⁶ Nas palavras de Rosanvallon (1998:16): “Recordemos que, em 1926, Keynes escrevia uma carta aberta ao Ministério das Finanças francês, na qual considerava impossível, ‘do ponto de vista político’, que as despesas públicas pudessem atingir um quarto do rendimento nacional [quando, em 1970, elas já batiam em 45% do PIB]. É longa a lista de economistas que, de Léon Say, no século XIX, a Colin Clark, no século XX, consideravam estruturalmente insuportável para o sistema um novo crescimento das despesas sociais”. Por sinal, o autor também considera notável o modo como a especulação “liberal” sobre os limites do Estado-providência aproxima-se dos impasses do discurso marxista clássico sobre as crises e as contradições do capitalismo: “a maior parte das análises marxistas do Estado-providência baseia-se igualmente, com efeito, nesta idéia de limite-ruptura” (idem, p. 16).

Para Rosanvallon, se existem limites, “estes só podem ser societais ou culturais” (Idem, p. 17). Dentro destes, realçaríamos os limites *políticos*. Parece claro que, em certa altura do desenvolvimento do aparato estatal de proteção social e do trabalho, este se torna um importante fator desfavorável para as classes proprietárias, na dinâmica de suas relações com a classe trabalhadora. À medida que, atendendo ao cânone keynesiano da demanda efetiva, o Estado-providência trabalha para a manutenção do nível de vida e da segurança do assalariado, isso progressivamente se converte em um fator de relativa força para a classe trabalhadora, já que diminui o grau de sua dependência estrutural aos movimentos e decisões da classe patronal.

A questão do “pleno emprego”

É neste contexto que se situa a questão do pleno emprego nas economias capitalistas. Na hipótese de um governo saber como atingir e manter o pleno emprego, ele necessariamente fará isso? Kalecki é taxativo: “É falsa a suposição de que um Governo manterá o pleno emprego em uma economia capitalista se ele sabe como fazê-lo”. E a explicação para isso está na postura das classes patronais.⁷

Tal atitude, como reconhece o autor, não é fácil de explicar. Afinal, o aumento da produção e do emprego beneficiam, de um ponto de vista estritamente *econômico*, não apenas os trabalhadores, mas também os empresários, porque seus lucros crescem. Além do mais, a política de pleno emprego baseada na despesa governamental financiada por empréstimos não usurpava os lucros, uma vez que não envolve tributação adicional.

Kalecki agrupa os motivos para a oposição dos “líderes industriais” ao pleno emprego decorrente da despesa governamental em três categorias: 1) a reprovação à interferência pura e simples do governo no problema do emprego; 2) a reprovação à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídio ao consumo); e 3) a reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da *manutenção* do pleno emprego.

A reprovação patronal à interferência do governo na questão do emprego relaciona-se com a questão do “estado de confiança”. Em um sistema regulado predominantemente pelo mecanismo concorrencial, o nível de emprego depende, em boa medida, do estado de confiança. Se este cai, o investimento declina, e com ele o emprego. Tal estado de coisas funciona como um potente controle indireto dos capitalistas sobre a política governamental: o que quer que abale o estado de confiança deve ser evitado, daí a função da doutrina da “finança sadia”. Mas, uma vez que o governo aprenda a gerar emprego por meio de seus gastos, esse controle capitalista perde eficácia.

⁷ Conforme Kalecki (1983:54). A partir daqui, as referências feitas basear-se-ão nesta obra.

A reprovação empresarial a uma política estatal de investimento e de subsídio ao consumo baseia-se em dois posicionamentos. No caso do investimento público, ainda que o governo o orientasse ou o limitasse a objetos que não concorressem com o capital privado – para não enfraquecer a rentabilidade deste –, haveria o risco de o Estado ser tentado a prosseguir em tal política, diversificando seus investimentos e o impulso “nacionalizante” de serviços de utilidade pública, etc. E no caso do subsídio ao consumo, este colocaria em questão um princípio fundamental da ética capitalista, qual seja, a do indivíduo que deve “ganhar o pão com o suor do rosto”, a menos que tenha meios privados.

Consideramos que esta última crítica do patronato, não obstante a explicação sugerida por Kalecki, está intimamente relacionada com a terceira categoria de reprovações patronais à intervenção do Estado no mercado de trabalho, qual seja, o das implicações sociais quanto à manutenção do pleno emprego. Nas palavras do autor,

*De fato, sob um regime de permanente pleno emprego, a demissão de empregados deixaria de exercer sua **função de medida disciplinar**. A posição social do patrão estaria minada e cresceriam a autoconfiança e a consciência da classe trabalhadora. As greves por aumentos salariais e melhoria nas condições de trabalho criariam tensão política. É verdade que os lucros seriam mais elevados em um regime de pleno emprego (...); e mesmo o crescimento das taxas de **salário**, resultante do mais forte poder de barganha dos trabalhadores, provavelmente causaria menos uma redução dos lucros do que um aumento de preços, e assim **afetaria adversamente apenas os interesses rentistas**. Mas os líderes empresariais apreciam mais a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” do que os lucros. (KALECKI, 1983:56; grifos nossos).*

Esta passagem é particularmente interessante. Destaca-se, é claro, o papel da demissão como *medida disciplinar* à disposição do patrão, medida esta praticamente inócua em um regime de pleno emprego. Ou seja, os líderes empresariais, não podendo admitir a perda deste mecanismo de pressão e controle sobre os trabalhadores, cedo ou tarde se oporiam veementemente à manutenção do pleno emprego – e o fim da relação salarial dos “anos dourados” comprovaria isso. Já o outro trecho grifado, referente ao prejuízo dos interesses *rentistas*, se encaixa perfeitamente nas reflexões e análises atuais, que apontam para os supostos prejuízos sofridos pelos setores financeiros do capital, os rentistas, como sendo uma das chaves para as reformas econômicas e institucionais que conduziriam à grande financeirização da economia mundial no fim do século passado.

A questão da cidadania no capitalismo

Discutidas as motivações e implicações sócio-políticas presentes nas transformações econômica e do conjunto de instituições estatais – aqui expressas na abordagem das questões fabril, do Estado-providência e do “pleno emprego” –, parece pertinente abrir um intervalo para fazer menção à questão da cidadania no capitalismo, ou, mais precisamente, a uma análise feita por Décio Saes a respeito da

concepção liberal de cidadania. Este autor afirma a impossibilidade de concretização e manutenção de qualquer tipo de “democracia econômica” ou de democracia social sob a sociedade capitalista.⁸

Saes chega a esta conclusão ao fazer a crítica da concepção liberal de cidadania, partindo da análise dos três tipos de direitos que constituem o conceito de cidadania para Marshall – direitos *civis*, direitos *políticos* e direitos *sociais*. Após constatar que o capitalismo deve sua estruturação jurídica, ideológica e material ao corpo de direitos civis, e que pode se desenvolver prescindindo dos direitos políticos e dos direitos sociais, o autor destaca que a conquista destes direitos só pode vir por obra das lutas e mobilizações populares e operárias.

A progressiva (embora não necessariamente linear) conquista de direitos seria o próprio processo de construção da cidadania. Desde o início deste processo histórico, porém, as classes proprietárias reagiram contrariamente à dinâmica da contínua de criação de direitos; tal compreensão dos “perigos da cidadania” foi se transmitindo aos aparelhos burocráticos mais poderosos. Bendix (apud SAES, 2003) mostra que houve, sempre, uma encarniçada luta dos estratos sociais mais altos para barrarem o desenvolvimento de direitos. Assim, quando das revoluções políticas burguesas as classes dominantes já começaram a se opor à instauração da igualdade política (como a adoção do sufrágio universal) reivindicada pelos estratos sociais mais baixos. Conquistados os direitos políticos e constatadas as limitações destes na consecução do bem-estar geral, os trabalhadores passam a lutar politicamente por alguns direitos sociais, e novamente enfrentam resistências das classes dominantes (SAES, 2003).

Mas, ao longo deste processo, Saes destaca seus limites. A democratização dos mecanismos de representação política, decorrentes das lutas das classes subalternas, estaria desvirtuada, e este desvirtuamento dever-se-ia a duas razões. A burocracia estatal, que governa segundo o princípio da competência, não teria razões para apoiar ou tomar parte em movimentos de desenvolvimento da representatividade do processo eleitoral, já que isso significaria a ampliação do princípio da representação política na organização do aparelho estatal, em detrimento dos ímpetus autonomistas da burocracia. E, em segundo lugar, os recursos políticos tendencialmente superiores das classes dominantes concorrem para a instrumentalização da democracia, somando-se à disposição da burocracia em confinar a representatividade democrática em mecanismos tolhedores ou deformados das vontades políticas. Disso resultaria, para o autor, as ocorrências, bastante analisadas pela ciência política, da apatia ou do conformismo político.

Esta democratização restrita ou limitada dos aparelhos de Estado, por sua vez, guardaria relações com a estrutura de poder no âmbito da esfera produtiva, e é aqui que as considerações de Saes parecem

⁸ Neste item, as referências serão feitas a Saes (2003).

coincidir com as conclusões de Kalecki lembradas no item anterior. Para Saes, a superioridade das classes dominantes quanto à posse de recursos políticos tem, como fonte básica, a propriedade ou o controle efetivo dos meios de produção.

A detenção da propriedade, por um lado, gera rendimentos superiores, que se metamorfoseiam em recursos políticos a serem utilizados na luta pela conquista dos cargos eletivos em qualquer nível (municipal, regional, nacional) ou no exercício de pressões sobre os agentes burocráticos, também em qualquer nível (SAES, 2003: 35).

Por outro lado, a posse da propriedade resulta em controle do emprego, um elemento decisivo na correlação de forças existentes entre patrões e assalariados. O controle do emprego pelo patrão instaura uma assimetria fundamental de poderes, naturalmente desfavorável aos que vivem do trabalho, e que se expressa na desigualdade política real, em contraste com a igualdade política formal.

Como, então, desarmar esta assimetria de poderes? Saes lembra a alternativa teoricamente mais plausível, qual seja, a instauração de uma situação de pleno emprego absoluto e durável. Uma vez instaurada uma inflexibilidade total e permanente na alocação da força de trabalho, a situação se inverteria, e os capitalistas é que se tornariam praticamente reféns dos trabalhadores, cedendo-lhes decisões sobre a distribuição de rendimentos, o montante da produção, a organização do processo de trabalho, etc. Por outro lado, esta hipótese de neutralização sistêmica do controle capitalista do emprego poderia repercutir em uma escalada participativa das massas populares/trabalhadoras, da base ao topo da vida política, uma vez que a vida da empresa normalmente transcorre em um ritmo que deixa pouco tempo livre para o aprofundamento do debate e das iniciativas de organização política no seio das classes assalariadas. Não é por outra razão que Saes conclui pela impossibilidade de constituição e perenidade de alguma variante de “democracia econômica” na sociedade capitalista, pois isso poderia colocar em questão o próprio modelo capitalista de sociedade.

2.2 O papel da dimensão especulativo-financeira e da liberalização: a “pacificação” do trabalho e o restabelecimento da vigência da ordem nas sociedades capitalistas

O maior golpe desferido pelas transformações ocorridas na realidade econômico-produtiva dos países industrializados foi mesmo a avassaladora onda de desemprego, que varreu o conjunto da economia mundial no último quartel do século passado.

Pochmann (2001) destaca as baixas taxas médias anuais de crescimento da economia mundial nas últimas décadas, em comparação com as décadas de 50 e 70: “entre 1960 e 1973, a economia mundial cresceu numa média anual de 5,3%, contra 2,9% no período 1973-1998” (POCHMANN, 2001:81). O desemprego mundial, embora não possa ser considerado como um fenômeno homogêneo, pois respeita

também as peculiaridades das nações ricas e pobres,⁹ aumentou rapidamente. Se em 1975 a taxa de desemprego aberto foi estimada em 2,3% da População Economicamente Ativa mundial, 24 anos depois este índice atingiria 5,5% – 2,4 vezes maior do que a taxa de 1975. A economia mundial passou a gerar um excedente de força de trabalho cada vez maior. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, em 1999, para uma População Economicamente Ativa global estimada em 3 bilhões de pessoas, cerca de 1 bilhão de trabalhadores viviam na condição de desemprego aberto – 150 milhões – ou de subemprego¹⁰ – 850 milhões (POCHMANN, 2001).

Se o desemprego e a precarização do trabalho apresentam-se como fenômenos de massa no capitalismo em sua face atual, a hipertrofia da dimensão especulativo-financeira cuidará para que a ocorrência daqueles elementos possa se dar de modo a não provocar maiores traumas ao processo de valorização do capital, ao mesmo tempo em que permitirá uma relativa perpetuação do desemprego e do subemprego, que adquirirão a condição de fatores estruturantes da realidade fabril.

Naturalmente, sabe-se que o desemprego é um fenômeno inerente à produção capitalista. O desemprego/subemprego combinado com um agigantado fluxo de capitais especulativos financeiros, porém, parece caracterizar um fenômeno novo. Um economista filiado à doutrina keynesiana pensaria que o desemprego é um “mal”, pois, como expressão do ciclo econômico, é um fator potencialmente causador de declínio da atividade econômica e, conseqüentemente, da lucratividade ou rentabilidade do capital. Por outro lado, já se mencionou a conveniência, por parte do “bloco de grandes empresários e rentistas” – para usar uma expressão kaleckiana –, da existência do desemprego. Na perspectiva patronal, o desemprego, apesar de ser um “mal” – afinal, ninguém gostaria de não lucrar num espaço em que poderia estar lucrando –, seria um mal necessário, pois funcionaria como um eficiente mecanismo de controle sobre o trabalhador e de compressão salarial. Ocorre que, sob a vigência de um vasto fluxo de capitais especulativos financeiros, é possível ao capital manter altos níveis de rentabilidade ao mesmo tempo em que se aprofundam o desemprego e o subemprego.

Como resultado da queda tendencial das taxas de crescimento econômico ao longo dos últimos 30 anos, o desemprego eleva-se enormemente. Como, então, o capital continua “realizando” grandes somas

⁹ “O desemprego e a desigualdade de salários e renda se mostraram crescentes entre nações ricas e pobres (...). Mas isso não tem resultado, ainda, na consolidação de um mercado mundial de trabalho, pois, ao contrário dos demais componentes da produção, o trabalho parece ser cada vez mais uma variável condicionada pelas circunstâncias nacionais. Fecha-se o cerco aos movimentos migratórios de mão-de-obra nas ilhas mundiais de desenvolvimento, enquanto as fronteiras são abertas ao capital, ainda que sob determinadas condições (...)” (POCHMANN, 2001: 81). A respeito da heterogeneidade dos mercados de trabalho e do desemprego existente em diversos países, ver DEDECCA (1996).

¹⁰ Segundo POCHMANN (2002:82), o subemprego é “condição disfarçada de desemprego”, já que caracteriza-se como o exercício de “atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e remuneração muito comprimida”.

de valor? Direcionando os estoques de capitais para a esfera financeira. Lá, eles contam com as vantagens de se manterem em um grau relativo de liquidez, ao mesmo tempo em que se valorizam “ficticiamente” a uma velocidade muito maior do que a oferecida na dimensão produtiva. Em um ambiente marcado pela queda no ritmo de expansão da atividade econômica, os grandes grupos financeiros e industriais mantêm seus patamares de rentabilidade sem criar novas capacidades (CHESNAIS, 1998). As grandes corporações redimensionam e priorizam, cada vez mais, os seus departamentos financeiros, responsáveis por aplicarem e captarem recursos nos mercados de capitais (SERFATI, 1998, e BRAGA, 1993).

Trata-se, assim, de um movimento concreto dos capitais no sentido de se valorizarem a uma velocidade que não pode ser oferecida pela esfera produtiva. Por outro lado, o capital continua dependendo fundamentalmente desta, por ser a única fonte criadora de valor real. O grande capital oligopólico, buscando ajustar seus volumes de produção e de lucratividade às tendências de queda, envereda pela adoção dos paradigmas produtivos flexíveis, que lhe permitem intensificar o ritmo de trabalho e aumentar a geração de valor na esfera produtiva. Por sinal, tais paradigmas flexíveis nascem justamente num ambiente de atividade econômica deprimida. Veja-se o toyotismo. Na definição de seu próprio fundador, Taiichi Ohno, o toyotismo “adapta-se melhor [do que o fordismo] a uma economia em crescimento lento” (GOUNET, 1999:32).

Eis, portanto, o papel cumprido pela dimensão especulativo-financeira na recomposição da hegemonia do capital sobre o trabalho. Ela permite ao capital suportar por mais tempo um ambiente econômico hostil, de baixo crescimento ou de declínio da atividade produtiva. Mais do que isso, ela dota o capital de relativa liquidez e de um crescimento notável. Se esta situação conduz ao desemprego e à precarização em massa e permanente, isso também é aproveitável pelo capital, que, em sua dimensão industrial/produtiva, sente-se mais à vontade para impor rotinas de superexploração do trabalho. Desemprego e subemprego passam a ser, mais do que nunca, elementos estruturantes da realidade do trabalho no capitalismo, e são garantidos, em sua amplitude e duração, pelo fato de o capital ter encontrado, ao menos por algum tempo, outros meios de manter sua rentabilidade.

Por fim, mas não menos importante, entra o papel da liberalização do Estado. As políticas liberalizantes atuam em duas frentes. Uma delas beneficia diretamente o capital especulativo financeiro, pois consiste em, por um lado, desobstruir ao máximo as movimentações de capital, facilitando o estabelecimento pleno dos circuitos financeiros. Por outro, o próprio Estado, ao elevar suas taxas de juros, ao capitalizar-se através do lançamento de títulos resgatáveis de sua dívida pública e, finalmente, ao privatizar parcial ou inteiramente fundos públicos (como o fundo previdenciário, por exemplo), abre novas e amplas possibilidades de ganhos especulativo-financeiros. A segunda frente atende ao movimento de intensificação da extração de valor no espaço produtivo – a flexibilização/precarização do trabalho –,

ao retirar ou diminuir o aparato estatal de proteção social e trabalhista, abrindo caminho para o enfraquecimento do trabalho organizado (sindicatos) e para o conseqüente restabelecimento de regimes laborais baseados no enquadramento e na máxima intensificação do ritmo de trabalho.

Deste modo, observa-se como a flexibilização, a financeirização e a liberalização podem ser compreendidos como fenômenos que se encadeiam mutuamente, erigindo, como resultado de tal interação, um conjunto complexo de transformações econômicas, políticas e sociais capazes de dar novo fôlego à lógica do capital como princípio hegemônico de organização societal.

3. A importância particular do pilar da financeirização e a polêmica em torno do capital especulativo-financeiro: ente funcional ou prejudicial ao desenvolvimento econômico?

Não obstante se haver feito menção aos três pilares – financeirização, flexibilização e liberalização – como sendo os principais sustentáculos da “nova ordem” do capitalismo internacional que tomou forma no último quartel do séc. XX e neste início de século XXI, deve-se considerar agora a importância particular do pilar da financeirização, mais precisamente para o ator principal desta, o capital especulativo-financeiro.

Justifica-se, aqui, a importância especial devida ao pilar da financeirização e do capital financeiro, sugerindo-se para isso algumas proposições. Primeiramente, quando se desce a um nível menor de abstração, quando já aparecem no horizonte os países, com suas economias, sociedades nacionais e trajetórias históricas, parece que, enquanto os fenômenos da liberalização e da flexibilização estão mais fortemente relacionados à correlação das forças políticas e sociais existentes em cada Estado ou nação, a financeirização se dá em um âmbito marcadamente internacional.

Dito de outro modo, flexibilização e liberalização dizem respeito a processos que se assentam sobre a dimensão econômico-produtiva e político institucional dos Estados-nação, enquanto a financeirização é expressão exatamente da rede de relações postas pelo processo de integração dos fluxos transnacionais de capitais, sendo o seu *locus*, portanto, a macroestrutura do capital mundializado. Desde já, deve-se esclarecer que, ao se afirmar o caráter mais notadamente internacional ou “mundializado” do fenômeno da financeirização ou do fluxo de capitais especulativo-financeiros, não se quer, com isso, eliminar ou desconsiderar a assimetria existente entre os pólos – economias nacionais – a partir dos quais se encadeiam os circuitos financeiros mundiais. Tampouco devemos esquecer, como já visto no item 2 deste trabalho, que esta macroestrutura transnacional dos fluxos de capitais financeiros estruturou-se a partir de determinadas regiões ou países componentes da Tríade, bem como de decisões tomadas no âmbito de instituições políticas nestes países, ainda que atendendo a pressões de poderosos setores e interesses econômico-corporativos.

O que se pretende, isso sim, é lembrar que a financeirização, dos três pilares do capitalismo contemporâneo, é aquele que não depende imediatamente das regiões ou economias nacionais para se fazer valer como fenômeno. Assim, os Estados e economias nacionais introduzem graus diversos de liberalização e de flexibilização produtiva, e chegam mesmo a “decidir” o grau de sua integração ao circuito financeiro mundializado. Mas, esta, exatamente por sua dimensão predominantemente internacional ou “mundializada”, deve ser sempre encarada como uma realidade objetiva que paira sobre os atores nacionais.

É neste contexto que se deve entender o movimento do capital especulativo pelas praças financeiras mundializadas. Como expressão maior do fenômeno da financeirização, o capital especulativo financeiro conta com a relativa liberdade de circulação e autonomia próprias de uma macroestrutura que não se restringe aos limites de um ou mais Estados/economias nacionais. A questão que se propõe discutir aqui é: qual seria o papel deste fluxo de capitais especulativo-financeiros na dinâmica econômica mundial ou do conjunto de países que estão, em maior ou menor grau, integrados aos circuitos da riqueza financeira? O capital especulativo cumpre papel nocivo ou funcional ao processo de desenvolvimento industrial e econômico?

Na vertente analítica dos que atribuem um papel nocivo do capital especulativo à dinâmica econômica em geral, estão Carcanholo e Nakatani (1998). Após descreverem o processo pelo qual o capital industrial, em seu processo de autovalorização, “se especializa” em formas funcionais ao seu próprio desenvolvimento – quais sejam, o capital comercial, o capital a juros e o capital produtivo –, os autores buscam apreender o significado do “capital fictício”. A partir da noção de capital a juros, desenvolvem-se formas de rendimento que, relativamente descoladas do processo de valorização real, têm a estranha propriedade de serem, de certa maneira, reais e ao mesmo tempo ilusórias, fictícias. Ativos como títulos da dívida pública, por exemplo, decorrentes do pagamento, pelo Estado, de juros sobre o montante originalmente “investido”, têm valor do ponto de vista individual – ele é real para quem é seu proprietário –, mas, do ponto de vista da totalidade do valor em processo, é capital fictício. Como simulação de valor, pode se duplicar, triplicar, etc., por razões independentes do processo produtivo real.

O capital fictício, por sua vez, pode ou não ser funcional ao capital industrial (isto é, do complexo formado por capital a juros, capital produtivo e capital comercial). É funcional enquanto toma a forma de capital a juros, o qual, não obstante ser também uma ilusão – a ilusão de ser capital e de produzir capital, quando na verdade é produto, enquanto remuneração, do capital produtivo –, é importante para a produção de valor real, à medida que, ao cumprir uma função útil na circulação e na concentração de capitais, bem como no sistema de crédito, torna o processo (industrial, produtivo) de valorização mais eficiente, além de ampliar a magnitude da produção de mais-valia. Apesar de se apropriar de parte da

mais-valia sem produzi-la, o capital a juros não é parasitário, uma vez que contribui efetivamente para que o capital seja mais eficiente (CARCANHOLO e NAKATANI, 1998).

Por sua vez, o “capital especulativo parasitário” refere-se ao capital fictício que, não cumprindo nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, representa uma remuneração que seria puro ônus para ele. Dentro de certos limites, a massa de capital fictício não comprometeria a lógica da acumulação do capital industrial. Quando, porém, este capital fictício ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial, tornar-se-ia parasitário, pois que, sem ter qualquer função na lógica do capital industrial, existiria apenas para sugar o excedente em magnitudes sempre crescentes. A partir daí, o capital especulativo parasitário contaminaria todo o capital industrial, tomando do capital produtivo o cetro da hegemonia. Tudo passa, então, a se voltar cada vez mais para atender à lógica do capital especulativo parasitário – o capital industrial converte-se em capital especulativo.

Nestes termos, Carcanholo e Nakatani (1998: 315) sustentam que o capital especulativo “não apresenta condições de sustentar uma nova era no capitalismo, que se mantenha por décadas e que reorganize historicamente o mundo segundo seus interesses”, estabelecendo uma nova e sustentável divisão social do trabalho que garanta níveis de crescimento econômico aceitáveis e condições de vida minimamente razoáveis para grande parte da população mundial. Profundas e recorrentes crises financeiras, bem como uma polarização inédita da riqueza na história do capitalismo, seriam tudo que teria a oferecer o capitalismo hegemonizado pela lógica especulativa parasitária. Estas crises financeiras, por sua vez, prenunciariam o “fim inevitável” do capital especulativo parasitário, o qual se daria por obra de um “Big One” (CARCANHOLO e NAKATANI, 1998: 316), uma depressão violenta e de grandes proporções.

No time daqueles que vêem algum papel funcional do capital especulativo financeiro na reprodução do sistema econômico em geral, tem-se, por exemplo, Braga (1993, 2000). Em princípio, este autor reconheceria o caráter estruturalmente turbulento e sujeito a grandes oscilações, como apontado por Carcanholo e Nakatani. Para Braga (1993), a valorização dos diversos ativos financeiros – valorização esta cada vez mais “arbitrária” no entender do autor, uma vez que resultaria, em última instância, “do arbítrio dos Estados nacionais relevantes”, da demarcação da elasticidade da capitalização financeira dos ativos, das flutuações das taxas de juros e câmbio, e do limite, nas crises do processo de desvalorização (BRAGA, 2000: 290) – numa velocidade superior à expansão mundial da produção e do comércio de bens e serviços, teria levado o sistema econômico a uma instabilidade estrutural.

Assim, o movimento conjuntural seria marcado constantemente por uma sequência em que se alternariam recessão, recuperação e recessão. Estruturalmente, o movimento apresentar-se-ia como

instabilidade-expansão-instabilidade. Os eventos variariam de país para país, de acordo com sua inserção na economia internacional e de suas conjunturas próprias – os níveis de endividamento interno e externo, a taxa de câmbio, peso das corporações, etc. Seria inequívoco, portanto, que o capitalismo mundial abandonou de vez a sua “idade de ouro”, ingressando num período histórico de instabilidade estrutural aguda (BRAGA, 2000).

Contudo, diferentemente de Carcanholo e Nakatani, para os quais as crises financeiras seriam pequenos abalos sísmicos que não fariam mais do que aliviar as tensões de um choque maior que estaria por vir – um “big crash” –, para Braga o moderno fenômeno da financeirização, a ser entendido como expressão da existência de uma “macroestrutura financeira internacionalizada” – formada pelo conjunto das corporações privadas e dos bancos centrais –, contaria com determinados mecanismos de proteção, que, diante das crises que se avizinhassem, promoveriam repetidas vezes uma “desvalorização regulada da riqueza” (BRAGA, 2000: 320), impedindo, desta forma, o colapso anárquico do sistema. Assim, enquanto, para Carcanholo e Nakatani, as seguidas crises financeiras seriam manifestações preliminares de um inescapável colapso de grandes proporções, para Braga tais crises – bem como o modo relativamente rápido como são debeladas pelos agentes da “macroestrutura financeira” – serviriam como formas de o sistema promover seguidas descompressões de si mesmo, evitando, assim, a sua própria *débâcle*.

A liderança dos bancos centrais – em especial os BC’s dos países mais ricos e poderosos –, coadjuvados pelas corporações, os grandes bancos e os fundos de investimentos, e o seu papel na descompressão do sistema financeiro e minimização dos riscos de depressões profundas e generalizadas, seriam um traço distintivo do sistema financeiro capitalista em relação a outros períodos de sua própria história. Mas há mais. A atual macroestrutura financeira, combinando as atuações do Estado (bancos centrais) e mercado, bem como das corporações e instituições financeiras, seria expressão também de uma dinâmica na qual as circulações financeira e industrial articulam-se entre si, ainda que de maneira paradoxal. Descartada a possibilidade de uma “revolução industrial”, entendida aqui como o processo pelo qual o progresso técnico engendraria uma expansão capitalista de longo prazo, as inovações técnico-produtivas, não obstante serem grandes, caracterizam-se por ciclos curtos e rápidos, e em determinados setores produtivos de cada vez. Isso decorreria de uma “institucionalização do rentismo” pelos grupos empresariais, a qual se combinaria com o investimento inovador.

Daí deriva a hipótese de que a financeirização não impede o progresso técnico, embora limite sua propagação plena por entre as bases técnicas da reprodução ampliada (BRAGA, 1993: 45). A já mencionada desvalorização regulada da riqueza, operada pela macroestrutura financeira, ao mesmo tempo em que “impede um colapso anárquico” do sistema, “abre espaço para um gradualismo na introdução de

inovações técnicas que, se não é suficiente para nova expansão duradoura de longo prazo, é capaz de evitar o aprofundamento da crise” (BRAGA, 2000: 320). Deste modo conclui-se que, para este autor,

O processo industrial-reprodutivo obviamente permanece e é crucial para a reprodução ampliada, porém o novo no capitalismo atual é que o “capitalismo industrial” está subsumido no movimento mais geral de gestão e realização da riqueza (lato sensu) sob dominância financeira; movimento em que o capital e a tecnologia não só tornam o “velho trabalho”, e o próprio trabalhador, redundantes, como abarrotam o mundo não apenas de mercadorias, como antes, mas, preponderantemente, de ativos financeiros (...). Constitui-se assim uma específica interação dinâmica entre moeda, crédito e patrimônio, distinta daquela do capitalismo pretérito (BRAGA, 1993: 47).

Diante de duas concepções que trazem tanto pontos de similaridade quanto de oposição ao analisarem o capital especulativo financeiro, sugerem-se algumas ponderações. De fato, parece ter razão Braga ao sugerir que as circulações financeira e industrial muitas vezes se confundem entre si, integrando-se num complexo produtivo-financeiro que já não admite a possibilidade de se analisar “capital produtivo” e “capital especulativo” como entes formalmente distintos. Desta forma, o capital especulativo não seria um puro “ônus” para a dinâmica de valorização, como sugerem Carcanholo e Nakatani. Mais do que isso, conforme a proposição contida no item 2.2 deste trabalho, a esfera especulativo-financeira, ao se constituir como uma fonte de liquidez a um capital ávido por rentabilidade em um contexto de atividade econômica cronicamente deprimida, é de decisiva importância no processo pelo qual as corporações buscam rebaixar os custos salariais, produzindo quantidades crescentes de mais valia da esfera produtiva. Sendo assim, os circuitos especulativo-financeiros seriam, sim, funcionais ao capital industrial, mesmo que isso signifique a pior situação possível para grande parte das massas assalariadas, ao implicar a perenidade de condições cada vez mais degradantes de vida e de trabalho.

Por outro lado, a ênfase de Braga no fato de que a evolução da riqueza é cada vez mais “arbitrária” e autônoma em relação à esfera produtiva – de modo que o trabalhador é mesmo entendido como sujeito “redundante” no processo de valorização –, parece equivocada. Se de fato a dominância financeira tornasse “redundante” o papel do trabalhador no processo de valorização, não haveria razão nos contínuos esforços do capital em intensificar o ritmo de trabalho e rebaixar ao máximo os custos salariais. Tais esforços, longe de serem apenas expressão de uma veleidade do capital ou da disposição em se manter meramente como uma forma de controle social, evidenciam o fato de que o trabalho vivo é ainda fonte essencial e ineliminável da energia que alimenta o processo de valorização, e que o controle dos processos de trabalho continua sendo prioridade máxima para o capital.

4. A devoção latino-americana à santíssima trindade

As políticas de ajuste liberal, a financeirização e a flexibilização na América Latina

Na América Latina, numerosos países introduziram, em graus ou formas diversas, elementos da ortodoxia liberal em suas políticas econômicas, conforme assinala Soares (1999). Contudo, em quase todas elas, os objetivos eram os mesmos: estabilizar preços e outras variáveis macroeconômicas nos casos de fortes processos inflacionários; aumentar a abertura externa da economia em busca de maior grau de competitividade das atividades produtivas; e a retirada da participação ativa do Estado na economia, com a liberalização dos mercados, dos preços e das atividades produtivas.

O contexto a partir do qual toma forma a “santíssima trindade” na América Latina é o de uma crise econômica nos anos 80 (a “década perdida”), dada por baixas taxas de formação bruta de capital, queda mais ou menos pronunciada do PIB per capita, inflação muito alta ou até hiperinflação, e uma evolução da distribuição da renda desfavorável ao trabalho. A liberalização comercial e financeira foi em geral rápida, além da retirada do Estado da atividade produtiva (privatizações). Para sair da crise inflacionária, também se promove a valorização do câmbio.¹¹

A brutal abertura da economia ao mercado internacional de bens e capitais, mais a rápida liberalização dos mercados simultânea à retração do Estado, produzem uma desestruturação e uma reestruturação dos aparatos produtivos e das relações sociais, um autêntico processo de “dessubstituição de importações” (SALAMA, 1999: 11). A elevação dos déficits comerciais daí decorrentes levou à atração de capitais por meio da elevação das taxas de juros, acompanhadas pela continuidade dos cortes nos gastos públicos e pelo aumento das receitas. Busca-se, assim, compensar os déficits comerciais com tais artifícios. Contudo, como os déficits continuam a se aprofundar, aquela subtração converte-se em uma soma: os capitais, temendo a insolvência do Estado, param de entrar e começam a sair, acompanhados por remessas ao exterior dos próprios capitais nacionais. As flutuações do PIB são muito intensas, alternando períodos de alta e de baixa acentuadas, dando ao crescimento um perfil de “montanha-russa”. O temor por entradas de capital insuficientes leva à manutenção de altas taxas de juros, o que eleva a dívida pública e força a reutilização daquele mecanismo de atração de capitais: a crise acaba persistindo por causa do próprio modo de combatê-la. Todavia, nos anos 90 dá-se uma grande entrada líquida de capitais na América Latina – ou mais precisamente no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela –, em comparação com os anos 80, quando o movimento dominante era o da saída de capitais (SALAMA, 1999).

¹¹ Ressalve-se que a ocorrência de elementos do trio liberalização-financeirização-flexibilização na América Latina não se deu ao mesmo tempo em todos os países da região. Enquanto a Argentina e o México, por exemplo, ingressaram no culto à “santíssima trindade” nos anos 80, o Brasil só faria tal movimento nos anos 90. Finalmente, o Chile figura como pioneiro no culto à trindade, implementando o receituário ortodoxo liberal em plena ditadura Pinochet, nos anos 70.

O investimento, por sua vez, aumenta pouco em relação aos anos 80. Na verdade, as altas taxas de juros favorecem mais o ingresso de capitais voláteis ou de curto prazo, e o estímulo ao rentismo. Ao mesmo tempo, o câmbio valorizado e a liberalização comercial permitem a incorporação de inovações tecnológicas no ambiente produtivo, aumentando a produtividade. Tal elevação dos índices de produtividade, todavia, se insere num contexto de insuficiência de investimentos produtivos, os quais devem ser compensados pelo aumento da exploração da força de trabalho. Sobrevém a intensificação da flexibilidade e da precarização do trabalho na região (SALAMA, 1999) e no Brasil (KREIN, 2003), bem como uma elevação considerável da desigualdade social nos últimos anos, ainda que ela seja diferente entre os países subdesenvolvidos. (SALAMA, 1999).

Nota sobre o governo Lula: início da alternativa ou continuidade do neoliberalismo?

A tentativa de se analisar e compreender a natureza do governo Lula afigura-se como uma tarefa particularmente árdua, por pelo menos duas razões: pelo fato de o governo Lula ser um objeto em movimento, e por ser um objeto difícil de analisar sem que se misture a perspectiva científica com as paixões políticas e ideológicas mais exacerbadas, em doses mais elevadas do que o que já foi admitido pelas ciências sociais em sua autocrítica – o fato de que não existe, a rigor, análise separada de valores políticos, ideológicos etc. Neste sentido, “entender” o governo Lula passa a ser, sobretudo, se posicionar politicamente diante dele.

Em todo caso, a julgar pelo conjunto de movimentos ou ações adotados pelos diversos setores do governo petista, a opinião aqui manifestada se diferencia: 1) de entendimentos que afirmam ser o governo Lula uma mera continuidade (ou mesmo aprofundamento) das gestões liberalizantes tucanas na década de 90; 2) de concepções que vêem, no governo, uma “transição” consciente ou o início de construção de uma alternativa à hegemonia do neoliberalismo no Brasil; e 3) de análises que postulam a tese do governo como tensão entre um “pólo mudancista” e um “pólo continuísta”.¹²

Sobre o primeiro grupo de análises, estas não conseguem explicar a ocorrência, em diversos setores do governo, de ações cujo conteúdo político é divergente, quando não oposto, às orientações vigentes na gestão macroeconômica, a qual é, de fato, uma continuidade em relação à gestão FHC. São exemplos disso, entre outros, algumas ações observadas: 1) no MEC – que, conforme sua política declaradamente contrária à “mercantilização da educação”, expande o ensino superior público (com elevação de investimentos e abertura de novos campi e

¹² Como exemplo da primeira perspectiva, Boito Jr, 2005; da segunda, PT (2003); e da terceira, Borges (2004).

universidades federais), enquanto busca regulamentar mais fortemente o ensino superior privado, para ira dos empresários do setor; 2) no Ministério do Trabalho – que, entre outras medidas, retoma com toda a força a fiscalização do trabalho suspensa nos anos FHC; e 3) na estrutura do Estado – que, após anos de corrosão dos quadros do funcionalismo, promove uma vasta quantidade de concursos públicos. Até mesmo em parte do setor econômico contrastes com o ideário liberalizante, caso dos bancos públicos (CEF, BB e BNDES), que expandiram enormemente o volume de recursos para crédito e investimento, em flagrante desacordo com a orientação “fiscalista” da Fazenda. Aliás, os choques internos no governo, como decorrência de orientações políticas fortemente contrastantes entre si, já seria um indício de fragilidade das teses que propugnam a “continuidade” da gestão liberalizante de FHC.

Sobre a segunda perspectiva analítica, esta politicamente apologética do governo, igualmente há pontos discutíveis. Efetivamente, o governo Lula manteve uma predominância inegável do ideário liberalizante, especialmente na área econômica, inclusive com a intensificação, em alguns momentos, de algumas de suas diretrizes, como a política de juros e a questão do superávit primário. A hegemonia do ideário liberalizante na área econômica também busca se estender para outras regiões do governo, tentando condicioná-las politicamente, enquanto as limita materialmente, por razões óbvias – a questão de quem detém a “chave do cofre”.

Finalmente, a terceira vertente analítica do governo – tese do “governo em disputa” – parece padecer do seguinte problema: frente ao projeto subjacente ao “pólo continuísta” (liberalizante), qual seria o projeto alternativo coordenador das ações constitutivas do “pólo mudancista”?

Foge aos limites deste trabalho investigar mais a fundo o conjunto de análises referentes ao governo Lula, de modo que não se fez mais do que um brevíssimo sobrevôo sobre algumas delas. Igualmente, a opinião aqui sugerida não se pode se manifestar senão como uma hipótese, a ser verificada com estudos subseqüentes. Tem-se que o governo Lula, não obstante possua, como “interesse” ou orientação predominante – pelo setor que ocupa no governo –, a gestão macroeconômica liberalizante, não pode ser entendido como uma continuidade do projeto liberalizante visto nos anos FHC. A hipótese que emerge daí é que, se o governo FHC podia ser mais facilmente identificável com a busca pela implementação de um projeto liberalizante de Estado e de sociedade, o governo Lula mais se parece com a manifestação de uma ausência de projeto de Estado e de sociedade sólido e coeso, que integre de modo mais harmônico as diversas ações governamentais. Daí ele se expressar como uma administração da contingência.

Sobre a alternativa: considerações finais

É importante ressaltar, aqui, que o contexto histórico internacional anterior à emergência do “capitalismo administrado” vigente nos “anos dourados” tinha elementos semelhantes ao atual: liberalização em diversas medidas, regulação do trabalho e direitos sociais restritos ou inexistentes, volatilidade financeira, livre flutuação de taxas cambiais e sua susceptibilidade à especulação ou aos fluxos de “hot money”, desvinculação dos fundamentos econômicos reais.¹³

Não se pode, pois, dizer que é impossível o retorno de uma economia mundial que exiba altas médias de crescimento econômico. Da mesma forma, devem-se ver com reticência as teses segundo as quais a hipertrofia financeira e o rentismo parasitário significariam o resultado de um movimento “inexorável” e definitivo da evolução sócio-econômica capitalista.

Dado o caráter de inexorabilidade que costuma acompanhar todo e qualquer argumento deste tipo – o de um determinismo sistêmico –, a alternativa seria, em primeiro lugar, a aceitação “realista” de tal processo. E, em segundo lugar, a busca por maneiras de se ajustar da melhor forma possível ao seu arbítrio, seja se aproveitando dele, ou, como é mais comum, de “atenuar” seus efeitos.

O equívoco fundamental de tal visão – esteja ela nos meios sindicais ou acadêmicos, à direita ou à esquerda do espectro político – reside em seu pressuposto teórico. A dinâmica da economia, ao contrário do que imagina tal visão, não está subordinada a nenhum tipo de determinismo técnico-produtivo. O nível de emprego leva em consideração as mudanças técnicas dos padrões produtivos, mas não apenas isso. A atividade produtiva e industrial – econômica em suma –, está sujeita principalmente ao modo como os agentes e forças políticas interagem com ela. Assim, decisões tomadas no âmbito do Estado e da política macroeconômica, as quais expressam interesses políticos e concepções teórico-ideológicas, são decisivas. Evidentemente, fazer tal constatação não significa ser tributário de politicismos de nenhum tipo, e sim, tão somente, reconhecer que a economia não é governada por leis ou por processos estruturais dotados de uma objetividade férrea ou absoluta. Pelo contrário, a dinâmica econômica, não obstante expressar-se como realidade concreta, é sempre sujeita a alterações de curso resultantes dos posicionamentos e intervenções dos sujeitos, bem como da correlação política dos agentes e classes sociais.

A realidade das relações de trabalho no Brasil nos anos 90 deve-se, pois, principalmente pela posição que o país ocupa no sistema econômico mundial, pelas diretrizes e prioridades político-econômicas determinadas pelos governos brasileiros e pelos segmentos socio-políticos os quais aqueles representavam. Assim, fatores como os níveis e prioridades de investimento, o nível e a desigualdade de renda, a atuação ou omissão do Estado diante de determinadas demandas sócio-econômicas, a inserção do

¹³ Ver, por exemplo, Eichengreen (2000).

país no sistema geopolítico e econômico internacional, as relações com organismos multilaterais, etc., fatores cuja dimensão econômica é inequivocamente ligada a implicações políticas, são eles os responsáveis fundamentais pelo panorama social e produtivo do país.

Deste modo, a história não se encontra previamente escrita, e tampouco chegou ao seu “fim”, seja este entendido como o triunfo eterno de um capitalismo hegemonicamente especulativo e financeiro, ou como crise terminal do sistema capitalista. Parece razoável sustentar que é possível, então, haver um novo ciclo de crescimento ou de expansão econômicos – seja pelo uso dos mecanismos institucionais e políticos consagrados, seja pela combinação destes em um formato sensível às novas situações concretas –, ao menos até a próxima crise de superprodução.

A alternativa ao atual estado de coisas passa, portanto, pela necessidade de se articular ações voltadas para os três pilares da dinâmica capitalista atual. Contra a liberalização econômica e a flexibilização dos processos de trabalho, a reunião de forças políticas progressistas capazes não só de conquistar a gestão do Estado como também de colocá-lo a serviço de um projeto estratégico coeso e exequível. Contra a financeirização de âmbito mundial, a necessidade de os países que mais sofrem seus efeitos negativos agruparem-se em ações coordenadas ou integradas entre si, visando impor diques à maré bravia dos fluxos de capitais voláteis.

Portanto, é necessário que as forças políticas representantes das classes trabalhadoras redescubram o valor inestimável da luta política pelo controle e gestão do Estado e da intervenção em âmbito macro-social. Faz-se vital, pois, recuperar o entendimento segundo o qual a dimensão econômica não é apenas *causa*, mas também *consequência* dos interesses *políticos* e *ideológicos* das classes ou agentes sociais em jogo.

Tal compreensão permitirá que os representantes políticos da classe assalariada evitem o erro fundamental que cometem há vários anos: ao mergulharem prioritariamente no interior da dinâmica “micro” – *microeconômica*, ou o âmbito intraprodutivo; *micropolítica*, ou o âmbito regional, localista – os sindicatos e outros entes políticos representativos dos assalariados passaram cada vez mais a conceber tacitamente a dinâmica macrossocial – a macroeconomia, a macropolítica – como grandes estruturas dadas, como ambientes distantes do alcance e, principalmente, da intervenção política consciente.

Reformar ou extinguir os elementos nocivos peculiares do capitalismo latino-americano, bem como reverter efetivamente os efeitos da trindade expressa na flexibilização, liberalização e financeirização, requerem, deste modo, a redescoberta do Estado e dos projetos macro-sociais. Às forças políticas de esquerda, a questão que se coloca é saber se elas conseguirão reunir condições teórico-ideológicas e políticas para perceber que a luta decisiva se deve travar no plano macro-social, e não no micro, e que

absolvição possível não virá do culto à “santíssima trindade”, e sim do contrário, da coragem de blasfemar.

Bibliografia

ANTUNES, R. “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”. In ANTUNES, R. (org.) Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDO, J. “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?” Crítica marxista, vol. 1, 1997.

BOITO JR., A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. “O governo Lula e a reforma do neoliberalismo”. In Revista Adusp: São Paulo, 2005.

BORGES, A. “O enigma do governo Lula”. In Rebellion (revista eletrônica: <http://www.rebellion.org/brasil/040518borges.htm>. Acesso em 07/01/2006), maio, 2004.

BRAGA, J. C. S. “A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais”. Economia e sociedade, Campinas, n. 2, p. 25 a 57, ago., 1993.

_____. Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas: Unicamp/IE, 2000.

CARCANHOLO, R., NAKATANI, P. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. In Encontro Nacional de Economia Política: Anais. Niterói: EdUFF, 1998.

CHESNAIS, F. “Introdução geral”. In CHESNAIS, F. (org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

DEDECCA, C. S. “Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado”. In OLIVEIRA, C. E. B., MATTOSO, J. E. L. (orgs.) Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

DRUCK, M. A. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

EICHENGREEN, B. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, 2000.

- FARNETTI, R. “O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas”. In CHESNAIS, F. (org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- GOMES, D. C. Políticas sociais na década de 90: o Programa Comunidade Solidária e a permanência das desigualdades sociais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Uberlândia, Instituto de Economia / Universidade Federal de Uberlândia, 2000.
- GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GUTTMANN, R. “As mutações do capital financeiro”. In CHESNAIS, F. (org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1983.
- KREIN, J. D. “Balanço da reforma trabalhista no governo FHC”. In PRONI, M. W., HENRIQUE, W. (orgs.) Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- LANDLER, M. “Europa agora aumenta jornada de trabalho”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08-06-2004. Caderno Brasil, p. 12.
- LIPIETZ, A. Audácia: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.
- PLIHON, D. “Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano”. In CHESNAIS, F. (org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- PT. “O governo Lula e a transição de paradigmas”. In: Periscópio: Boletim Eletrônico da Fundação Perseu Abramo e Secretaria Nacional de Formação Política do PT. São Paulo, abril, 2003.
- ROSANVALLON, P. A crise do Estado-providência. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- SAES, D. “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”. Crítica Marxista. vol. 16, 2003.
- SALAMA, P. Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SERFATI, C. “O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia”. In CHESNAIS, F. (org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- SOARES, L. T. R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.